



Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG).
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG).
Agravado: Albanita Nascimento da Rocha.
Advogado: Filipe Mendes Silva (OAB: 9766/AM).
Advogado: Rafaela da Silva Gomes (OAB: 8946/AM).

Relator: Ailton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA DESPROVENDO DE PLANO O RECURSO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERRUPTÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA POR DÉBITOS PRETÉRITOS. POSSIBILIDADE EM RELAÇÃO A DÉBITOS FUTUROS. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Havendo jurisprudência pacífica no sentido de ser inviável a interrupção do fornecimento de energia elétrica pelos débitos pretéritos, objeto de discussão judicial, deve ser desprovido de plano o recurso de agravo de instrumento que desafia decisão que segue esta linha de julgamento; 2. Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: " EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA DESPROVENDO DE PLANO O RECURSO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERRUPTÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA POR DÉBITOS PRETÉRITOS. POSSIBILIDADE EM RELAÇÃO A DÉBITOS FUTUROS. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Havendo jurisprudência pacífica no sentido de ser inviável a interrupção do fornecimento de energia elétrica pelos débitos pretéritos, objeto de discussão judicial, deve ser desprovido de plano o recurso de agravo de instrumento que desafia decisão que segue esta linha de julgamento; 2. Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo interno nº 0005296-20.2020.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Agravo de Interno, nos termos do voto do desembargador relator."

Processo: 0233366-12.2010.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A.
Advogado: Diego de Paiva Vasconcelos (OAB: 2013/RO).
Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB: 2827/RO).
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB: 635/RO).
Advogado: Rocha Filho Nogueira e Vasconcelos Advogados (OAB: 1695/RO).
Apelado: Affix Serviços de Construção Civil Ltda.
Defensoria: Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB: 127956/AM).
Apelada: Defensoria Pública do Estado do Amazonas.
Apelado: Luiz Carlos Canaléia Ramos.
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas.
ProcuradorMP: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Procuradora: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Relator: João de Jesus Abdala Simões. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO NO PRAZO LEGAL. ARTIGO 219 DO CPC/1973. MOROSIDADE DO JUDICIÁRIO NÃO CONFIGURADA. RECURSO DESPROVIDO. I - Ainda que a interrupção da prescrição se dê por despacho do Juiz (art. 202, I do CC), o interessado, no caso a Apelante, tem o dever de promover a citação no prazo e na forma da lei processual, o que não aconteceu no caso em apreço, considerando que a Ação Monitória foi proposta em 2010 e somente em janeiro de 2019 houve a expedição do edital de citação da apelada, quando já havia decorrido o prazo quinquenal de prescrição. II - A ausência de citação não se deu em função da mora do Judiciário. Com efeito, o juiz de origem foi diligente, tendo em vista que intimou o autor diversas vezes para promover a citação das partes. III. Apelação conhecida e não provida.. DECISÃO: " EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO NO PRAZO LEGAL. ARTIGO 219 DO CPC/1973. MOROSIDADE DO JUDICIÁRIO NÃO CONFIGURADA. RECURSO DESPROVIDO. I - Ainda que a interrupção da prescrição se dê por despacho do Juiz (art.202, I do CC), o interessado, no caso a Apelante, tem o dever de promover a citação no prazo e na forma da lei processual, o que não aconteceu no caso em apreço, considerando que a Ação Monitória foi proposta em 2010 e somente em janeiro de 2019 houve a expedição do edital de citação da apelada, quando já havia decorrido o prazo quinquenal de prescrição. II - A ausência de citação não se deu em função da mora do Judiciário. Com efeito, o juiz de origem foi diligente, tendo em vista que intimou o autor diversas vezes para promover a citação das partes. III. Apelação conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator."

Processo: 0342263-42.2007.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária, 4ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Estado do Amazonas.
Procurador: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM).
Apelado: Roberto Almeida Alves.
Advogado: Aldervan Souza Cordovil (OAB: 5964/AM).
Advogado: Valdeir da Rocha Falcão (OAB: 5429/AM).
Advogado: Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB: 4992/AM).
Remetente: Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual do Amazonas.
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas.
ProcuradorMP: Pedro Bezerra Filho.

Relator: João de Jesus Abdala Simões. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE TROPA. DOCUMENTOS ACOSTADOS APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE SUA JUNTADA ANTERIOR. ART. 435 § 1º DO CPC. PRECLUSÃO TEMPORAL. RECURSO NÃO CONHECIDO. I - Documentos acostados somente após a prolação da sentença não podem ser considerados diante de sua extemporaneidade e da não demonstração de impossibilidade de sua juntada anterior (art. 435, caput e § 1º do CPC). II - Apelação não conhecida.. DECISÃO: " EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE TROPA. DOCUMENTOS ACOSTADOS APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE SUA JUNTADA ANTERIOR. ART. 435 § 1º DO CPC. PRECLUSÃO TEMPORAL. RECURSO NÃO CONHECIDO. I - Documentos acostados somente após a prolação da sentença não podem ser